METROVIÁRIOS DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários – Fenametro – ano 5 – **Edição Especial** – Julho de 2011

Caderno de TESES

Texto-base

Dias 25, 26, 27 e 28 de agosto, em Atibaia, SP

Metrô PÚBLICO, ESTATAL e de QUALIDADE!

Não à privatização!

Conjuntura Internacional

1. Os últimos três anos e meio foram marcados pela maior crise econômica desde a histórica Grande Depressão, em 1929. Nesse período, o capitalismo mundial tem vivido uma nova fase de debilitação, processo que afetou principalmente os países considerados desenvolvidos. O epicentro da crise situa-se nos Estados Unidos, condição que revela não-somente as tendências regressivas do capitalismo, como o fato de que os desequilíbrios da economia yankee se irradiam para todo o mundo e provocam uma instabilidade geral.

2. Essa crise provocou muito sofrimento para a classe trabalhadora, com o crescimento do desemprego (somente em 2009, cerca de 50 milhões de empregos desapareceram em todo o mundo), o arrocho dos salários e a redução de direitos. Apesar disso, nem todos perderam nesse processo: os ricos ficaram mais ricos, ao mesmo tempo em que o mundo passou pela pior recessão em

quase 80 anos. A análise do que ocorreu nesse período evidencia a lógica perversa do capitalismo.

3. A Europa foi atingida em cheio pela crise. Os governos de países como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália decidiram adotar medidas "de austeridade" para diminuir o impacto da recessão sobre suas economias, por meio de pacotes que incluem aumento de impostos, reduções de salários e direitos trabalhistas, alterações em regras de aposentadoria e outras afrontas à população.

4. Em síntese, os governos desses países, apoiados por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), decidiram que a crise criada pelo sistema financeiro internacional deveria ser paga pela classe trabalhadora. Como consequência, seus milhões de cidadãos e cidadãs vêm dando um grande exemplo ao mundo, saindo às ruas em dezenas de cidades, realizando diversas greves gerais representativas e recusando-se a pagar pelos erros que não cometeram.

5. Há, no entanto, algo paradoxal nesse processo ainda em curso no Velho Continente: quando se acreditava que a presente crise significaria o fim – ou ao menos o enfraquecimento – do neoliberalismo, eis que o mundo observa a maioria dos governos da União Europeia reincorporar tais políticas, colocando em xeque o sistema de bem-estar social consagrado ao longo do século 20 em grande parte dos países da região.

América Latina acelera mudanças

6. Diante desse cenário mundial conturbado, cada vez mais as forças progressistas de todo o planeta voltam seus olhos para o Brasil e a América Latina. Apesar de a crise econômica também ter afetado a região (cerca de três milhões de empregos foram perdidos somente em 2009), sua recuperação foi muito mais ágil do que a dos países desenvolvidos, localizados no olho do furacão da recessão.

7. Assim como em outras partes do planeta, na América Latina o flagelo do desemprego vem acompanhado do subemprego, da flexibilização, da precariedade e do empobrecimento, em um projeto arquitetado pelos mesmos capitalistas que criaram a crise, não por acaso atuando como representantes de setores cada vez mais concentrados em debilitar a capacidade de articulação dos trabalhadores, atualmente em processo de reorganização no continente.

8. Apesar da dimensão da crise, as mudanças políticas em curso no continente acabaram por diminuir seu impacto. As forças conservadoras têm consciência das mudanças em curso na América Latina desde 1998, data da eleição do presidente Hugo Chávez na Venezuela – resultado que inaugurou a série de vitórias eleitorais de lideranças progressistas em diversos países, como no Brasil, Bolívia, Equador, Nicarágua, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e mais recentemente no Peru.

9. Uma característica comum a esses governos é a interrupção

de parte do receituário neoliberal colocado em prática na América Latina desde os anos 80, apesar de a realidade da classe trabalhadora demonstrar que tal herança está longe de ser extinta.

10. A partir desses processos de mudança política, voltou a ter sentido o imaginário de luta pelo socialismo, enfraquecido no imaginário popular desde a derrocada da União Soviética e o apregoado "fim da história" encomendado pelo ideário neoliberal dos anos 1990's.

11. Esse novo cenário leva as forças imperialistas a tomar medidas que preocupam àqueles que lutam pela paz mundial. São evidentes as provas de que os Estados Unidos vêm realizando esforços no sentido de militarizar a América Latina, assim como já o fizeram em outras partes do mundo. Nesse sentido, as bases militares na Colômbia constituem uma parte essencial no projeto

existente para a região.

12. Sob esse cenário atual, merece destaque o fato de que o governo de Barack Obama seja uma completa decepção, a despeito de toda a expectativa criada ao longo de sua campanha. No que diz respeito à política interna, não-somente foram perdidos milhões de empregos, como também milhões de trabalhadores perderam suas casas. No que diz respeito à política externa, vê-se a manutenção das guerras no Iraque e no Afeganistão, além da ingerência em outras nações do Oriente Médio, como o Egito e na Líbia.

13. A política externa do governo Lula resultou em consideráveis alterações no cenário internacional. Ao longo dos últimos anos, o país deixou a condição de subalterno às decisões das potências mundiais para assumir uma posição fundamental para o xadrez geopolítico da América Latina e de todo o planeta.

14. Sob o governo Lula, o Brasil fortaleceu o Mercosul e toda a América Latina, abriu seus braços para a África, aproximou-se dos chamados países emergentes, diversificou sua política de exportações, otimizou sua relação com os Estados Unidos e a União Europeia e apostou pesado no crescimento da China.

15. Diferente do governo FHC, a política externa do governo Lula definiu como central a busca por autonomia no âmbito internacional. Essa escolha acabou por se mostrar como fundamental para atenuar os impactos da crise econômica do último período, além de contribuir para a estabilidade interna e fortalecer a soberania nacional.

Vozes da resistência

16. Nos últimos meses, o mundo tem acompanhado com atenção o surgimento de levantes populares em diferentes países, como Egito, Líbia, Tunísia, Portugal, Espanha, Grécia e outros. Em todos esses cenários, trabalhadores se uniram a estudantes e a outros setores da sociedade para exigir mudanças – em um movimento que merece todo o apoio do sindicalismo brasileiro.

17. Da mesma forma, o povo cubano permanece resistindo bravamente às pressões e ingerências do imperialismo. Ao iniciar uma nova fase, com alterações importantes em sua economia, Cuba permanece fiel aos princípios da Revolução e se mostra pronta para defender os valores do socialismo.

Conjuntura Nacional

18. Com o término dos dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já é possível fazer uma análise mais abrangente do que esse período representou para o país. Sob a administração do PSDB, o Brasil era um país inadimplente, cuja economia foi quebrada por três vezes; a população viu-se obrigada a conviver com as mazelas do racionamento de energia, com o desemprego nas alturas, com o completo descaso social de seus governantes, com a criminalização dos movimentos sociais e com o esfacelamento do patrimônio público por meio das privatizações.

19. A partir dessa análise, a vitória de Lula tem todos os elementos para ser considerada uma mudança de paradigma na história política do país. No entanto, neste momento em que o governo de Dilma Rousseff começa a tomar um rumo próprio, é preciso ter discernimento para apontar os avanços e as contradições que marcaram o período entre 2003-2010.

20. Sem dúvida é preciso reconhecer que as desigualdades sociais e regionais diminuíram, e que o Brasil de hoje é um país mais desenvolvido. É nítido também que as conquistas obtidas durante o governo Lula se devem à opção tomada – em especial no segundo mandato – de utilizar o Estado como um indutor fundamental para o desenvolvimento.

21. No entanto, é evidente que a realidade do Brasil ainda está muito distante daquilo que a maioria de sua população deseja. Cabe também ao movimento sindical, por sua relevância para a sociedade brasileira, analisar a história recente para que se possa fazer uma análise bem fundamentada das transformações que estão em curso e, a partir de então, contribuir para que o país não entre em uma fase de estagnação.

Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

22. Ao mesmo tempo em que a ampla composição político-partidária do atual governo é um trunfo para a estabilidade do país, esse fator também acabou por se traduzir, em diversas ocasiões, em ações pouco ousadas ou até mesmo retrógradas para a nação.

23. A política econômica brasileira do governo Lula e, por conseguinte, deste início de mandato de Dilma Rousseff, é mais avançada do que a de Fernando Henrique Cardoso, mas a herança do neoliberalismo ainda está presa às entranhas do país. A política de juros praticada pelo Banco Central, o superávit primário e as facilidades encontradas pelo sistema bancário brasileiro são apenas alguns exemplos de demandas que não foram enfrentadas por Lula.

24. Mais do que nunca, o governo federal precisa adotar uma política que aposte no desenvolvimento do país, com vistas a implementar uma série de reformas estruturantes essenciais. Tais avanços passam, obrigatoriamente, pela valorização do trabalho, por uma postura menos conservadora na condução da política macroeconômica e pela reafirmação da soberania nacional – em conformidade com o projeto político que saiu como vencedor nas eleições de 2010.

25. É preciso reafirmar que essa política econômica baseada no superávit primário, no câmbio flutuante e em juros altos está em completo desacordo com às demandas da classe trabalhadora. A maioria da população brasileira, ao escolher Dilma Rousseff para suceder Lula, deu-lhe o aval para aprofundar as mudanças iniciadas nos últimos oito anos. Seu governo tem a sustentação política e social para alterar o rumo da política macroeconômica, de modo a apostar em um projeto que privilegie o desenvolvimento do país e dinamize sua economia, deixando de privilegiar setores descomprometidos com a nação.

26. Neste sentido, são injustificáveis as propostas de privatização que estão sendo implementadas nos aeroportos, no trem de alta velocidade – TAV, nos metrôs de Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que são de responsabilidade e gestão do governo federal. O movimento sindical precisa organizar a resistência e condenar essa retomada das políticas de privatizações. A presidenta Dilma foi eleita com o compromisso de fortalecer o Estado brasileiro, mas em seus primeiros meses de governo não vem atendendo a essa expectativa.

Movimento Sindical e Criminalização dos Movimentos Sociais

27 Dados consolidados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que o Brasil criou mais de 15 milhões de empregos ao longo dos últimos oito anos. Como consequência direta desse avanço, o desemprego nas principais regiões metropolitanas do país chegou a 6,5% – contra 13% em meados de 2003.

28. Após duas décadas de retração, marcadas pelo desemprego constante e pela precarização do trabalho, é possível afirmar que o Brasil vive um novo momento – cenário que exige uma avaliação mais pormenorizada e uma nova atuação do movimento sindical do país.

29. Tampouco não pode ser ignorado o fato de que o Brasil ainda apresenta níveis vexaminosos de distribuição de renda. Mais do que isso: existem, sim, novas oportunidades de emprego, mas os salários permanecem baixos, o trabalho escravo está longe de ser extinto (assim como o infantil), a rotatividade

Foto: Antonio Cruz/ABr

permanece descontrolada e a terceirização enfraquece a capacidade de mobilização dos trabalhadores.

30. Ao mesmo tempo em que o Brasil tem passado pelas mudanças acima descritas, as centrais sindicais vêm ocupando um lugar de cada vez mais destaque no cenário político nacional. Isso resultou em importantes conquistas para os trabalhadores, como a política de valorização do salário mínimo. Diante desse cenário favorável, os metroviários reafirmam sua defesa da unidade do movimento sindical como a mais correta estratégia de luta, em nome de novos avanços para toda a população.

31. É a partir da unidade e da mobilização que os trabalhadores poderão reivindicar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais (sem redução salarial), o fim do fator previdenciário, o respeito às negociações coletivas, o fim da perseguição de sindicalistas e ativistas sindicais, o fim das privatizações e terceirizações e aposentadorias mais justas, entre outras demandas.

32. Passa também pela unidade de ação a luta contra a precarização enfrentada pelos trabalhadores metroviários de todo o país – resultado direto das diversas modalidades de privatização enfrentadas pelo setor – e a falta de investimentos no transporte público.

33. Nos últimos anos, os trabalhadores metroviários brasileiros têm atuado com muita proximidade do movimento sindical internacional, com destaque para a interlocução com a Federação Sindical Mundial (FSM) e a Confederação Sindical Internacional (CSI), em nome da unidade de ação contra os desmandos do capital internacional.

Criminalização dos movimentos sociais

34 Ao passo em que o Brasil assistiu ao fortalecimento do sindicalismo nos últimos anos, houve um retrocesso no que diz respeito à criminalização dos movimentos sociais do país. Essa é uma tendência que se vê em todo o mundo. Apoiada pela guinada conservadora de países como os Estados Unidos e outros da União Europeia, as forças conservadoras do país, apoiadas em diversos governos estaduais e municipais, têm incentivado todo tipo de ataque às mobilizações populares de diversos movimentos sociais.

35. Estudantes, sem-teto, trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, negros e homossexuais de inúmeras entidades, além de ativistas dos mais diversos movimentos sociais e militantes de partidos políticos progressistas têm sido vítima da criminalização por exercerem seu direito democrático de expressão e organização.

36. Com o apoio da chamada "grande mídia", as forças conservadoras procuram desqualificar as reivindicações populares, seja por meio da desvirtuação das propostas ou

pelo puro silêncio em relação a seus anseios. Quando nenhuma das opções é exitosa, coloca-se a pecha de fora-da-lei nos manifestantes, para em seguida a polícia fazer o trabalho de repressão.

37. Os metroviários condenam toda e qualquer iniciativa de criminalização aos movimentos

Foto: Antonio Cruz/ABr

sociais do país. Assim como o sindicalismo deve apostar na unidade de ação para que os trabalhadores obtenham mais direitos e conquistas, também é sua obrigação se solidarizar a toda entidade de caráter progressista e que se contraponha às injustiças que assolam grande parte da população.

Balanço da Fenametro

38. Desde o seu 3º Congresso, a Fenametro passou por um processo de dificuldades de funcionamento regular. Pela primeira vez, houve disputa na composição da direção e nos primeiros meses foi necessária uma adaptação a essa nova realidade. No entanto, após dois meses foi possível compor toda a Executiva e iniciar o funcionamento regular de sua direção. Mesmo com as dificuldades, o Congresso terminou com a aprovação de um importante plano de lutas e avanços em sua organização como a criação da Secretaria de Meio Ambiente.

39. Passada essa fase inicial da atual gestão, o primeiro grande desafio foi enfrentar o ataque aos direitos sindicais da categoria. As demissões e perseguições foram denunciadas pelos sindicalistas. Além disso, uma carta foi elaborada e encaminhada a todas as centrais sindicais, denunciando as perseguições e propondo uma ação conjunta para garantir os direitos sindicais dos trabalhadores, por meio de um projeto de lei unitário de todas as centrais.

40. A luta contra as privatizações também necessitava de um incentivo e da participação efetiva da Fenametro. Já no âmbito da categoria, a luta mais emergente era contra o processo de privatização das bilheterias em São Paulo e contra as terceirizações, principalmente em Recife, Belo Horizonte e Rio Grande do Sul. No entanto, a ameaça de terceirização e privatização estava presente também no Distrito Federal. Já no Rio de Janeiro, a luta deveria estar concentrada no processo de ampliação do prazo de concessão do Metrô Rio, por meio de um processo muito questionável de implantação de uma variante na linha 1 e na clara intenção do governo estadual de liquidar de vez o funcionamento da Rio Trilhos, com claras ameaças de demissão.

41. Com base nessa resolução, a Fenametro participou, junto com os sindicatos nos estados, de audiências públicas, seminários e debates contra os processos de terceirização dos serviços metroviários, bem como daquelas que trataram dos processos de expansão dos sistemas metroviários em várias capitais brasileiras. Também atuou no combate às propostas de privatização dos sistemas existentes e de novas linhas e sistemas que ainda serão implantados.

42. A tramitação do Projeto de Lei 115/2007 – que regulamenta a jornada de trabalho de metroviários e ferroviarios – também foi acompanhada de perto pela Fenametro. Por fim, seu trâmite sofreu um revés na Comissão de Direitos do Consumidor, mas depois foi possível aprová-lo em duas outras comissões (Transporte e Trabalho). Agora encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e temos que enfrentar o relator indicado, deputado Roberto Freire – PPS-SP, que considera nosso projeto inconstitucional.

43. Com base nas resoluções do 3º Congresso, a Fenametro desenvolveu, junto à maioria do movimento sindical, a luta contra o fator previdenciário e a garantia de um índice idêntico de reajuste para todos os aposentados e pensionistas. A Fenametro lançou uma campanha sobre o assunto e colocou à disposição da categoria, na internet, um modelo de carta para ser enviada aos deputados federais reforçando a extinção dessa herança neoliberal.

44. Nesse último período, a Fenametro também repudiou a tentativa de manutenção do fator previdenciário com outra roupagem, conforme proposta do deputado Pepe Vargas, cujo substitutivo se vale da fórmula “95/85” para calcular a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras.

45. A Fenametro também esteve na linha de frente contra as práticas antissindicais. Foi apresentada à OIT denúncia devido às demissões de trabalhadores e dirigentes sindicais dos metrôs de São Paulo e Rio de Janeiro. Como resultado, obteve-se uma condenação do governo paulista e da concessionária que administra o metrô carioca, além do reconhecimento de que essas práticas realmente ferem a legislação brasileira e impedia o direito de manifestação assegurado pela Constituição. Com a condenação da OIT, foi iniciado um processo de luta pela sua implementação, com ações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Secretários de Estado, parlamentares e personalidades ou entidades que tenham

interlocução junto aos governos e empresas responsáveis pelas praticas antissindicais condenadas pela OIT.

46. Outros eventos que merecem destaque durante o mandato da atual diretoria foram os Encontros das Mulheres e dos Aposentados, com a participação massiva de companheiros de todo o Brasil. Da mesma forma, foi destacada a participação da Fenametro em duas edições das Conferências das Cidades – sendo que na mais recente os metroviários garantiram a titularidade em seu Conselho.

Foto: Arquivo/Fenametro

47. Diante desse cenário – e por conta das dificuldades que a categoria terá pela frente – a Fenametro reafirma a necessidade de intensificar suas lutas, no sentido de enfrentar a correlação de forças dos trabalhadores metroviários. É preciso avançar bastante na organização da categoria em nível nacional, a partir da promoção de eventos com temáticas específicas, assim como é necessário investir e incentivar a participação dos jovens metroviários nas lutas de nossa categoria.

A Situação do Setor de Transporte e as Políticas de Privatização

48. Estudo recente publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que 65% da população das capitais brasileiras utilizam algum tipo de transporte público em seus deslocamentos. De acordo com o levantamento, esse número não é maior devido a alguns problemas que fazem parte do cotidiano dos metroviários de todo o país, como seu alto custo para o usuário e a falta de empenho do Estado em todo o processo de administração.

49. O transporte público brasileiro atual padece da falta de planejamento do Estado brasileiro em relação ao setor. O uso racional dos espaços públicos não fez parte da agenda de nenhum governo durante o século 20, mesmo com a explosão demográfica e a urbanização pela qual o país passou nas últimas décadas.

50. Todas as grandes cidades brasileiras necessitam do transporte metro-ferroviário. Se durante o governo FHC o país assistiu a um sucateamento sem precedentes do setor, durante a era Lula essa situação não sofreu nenhuma grande reviravolta. Dilma inicia seu mandato sem nenhuma indicação clara de que esse cenário será revertido, condição que exige do movimento sindical uma posição bem definida sobre o que é necessário para os próximos anos.

51. Os metroviários estão em completa discordância em relação aos modelos de transporte adotados no Brasil durante os últimos anos. A opção por monotrilhos e pelos chamados BRT's (ônibus de trânsito rápido, em tradução livre) demonstram a falta de planejamentos dos governos estaduais e do governo federal em relação ao setor. Mesmo quando se fala em expansão dos sistemas metroviários, as propostas apresentadas pelo governo federal e governos estaduais é a de concessão desses serviços à iniciativa privada, através dos modernos métodos de privatização como a concessão direta e as parcerias público-privada – PPP's.

No caso dos metrôs administrados pelo governo federal através do Ministério das Cidades, para facilitar o processo de privatização as propostas são antecedidas de uma verdadeira negociata com os governos locais para estadualizar ou municipalizar os sistemas com o aporte de recursos muitas vezes insuficiente para sua gestão, que praticamente conduz ao processo de privatização.

No entanto, nem este modelo tem sido capaz de resolver o problema, pois a situação do transporte metro-ferroviário só piorou nos estados onde o modelo foi implantado e não conseguiu realizar a melhoria do transporte nestas cidades. É o caso do sistema ferroviário do Rio de Janeiro, de Salvador e Fortaleza, que só piorou depois que saiu da gestão direta da CBTU.

52. O Brasil receberá em breve os dois maiores eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Quando se fala nos investimentos em transporte necessários para receber adequadamente os turistas que chegarão ao país por contas dessas duas grandes festas, em geral privilegiam-se os investimentos nos aeroportos das cidades em que as disputas irão ocorrer, em detrimento do sistema metro-ferroviário.

53. Os aeroportos serão verdadeiros cartões de

visita para os turistas de todo o planeta que chegarão ao Brasil em 2014 e 2016. No entanto, seus deslocamentos internos também exigirão significativas melhorias dos serviços de trem e metrô oferecidos pelas grandes cidades brasileiras, em conformidade ao que pode ser visto nas metrópoles de todo o mundo. A despeito disso, mesmo quando o governo federal se manifesta em relação aos investimentos em aeroportos, sua proposta é a de entregar o patrimônio público administrado pela Infraero, para os grandes grupos econômicos, através de um processo de privatização condenado pelos trabalhadores do setor e pelo movimento sindical. O modelo proposto tem sido motivo de elogios da grande mídia, pois faz inveja aos neoliberais dos tempos de Fernando Henrique Cardoso.

54. Para o usuário, o resultado da política de privatizações no setor de transportes remete ao estudo do Ipea, acima citado: transporte caro e insuficiente.

Foto: Antonio Cruz/ABr

Para o trabalhador do setor, o cenário também é inaceitável: baixos salários, condições precárias, ataques a direitos conquistados, política de redução de postos de trabalho com trens sem operador e terceirizações.

55. Nem mesmo "soluções" como o PAC da Mobilidade, anunciado com pompa pelo governo federal, ataca esses problemas. Em seu longo texto, nenhuma linha se refere à necessidade de um "metrô público" nas grandes cidades brasileiras – fala-se apenas em "concessão", eufemismo moderno para privatização. A proposta do governo, acaba por atender apenas os interesses de empreiteiros e empresários ligados ao setor rodoviário, em detrimento dos anseios populares e das reivindicações dos trabalhadores ligados à área de transportes.

56. Da mesma forma, o chamado "PAC da Copa", lançado para implementar ações que beneficiem as cidades-sede do Mundial de futebol, não menciona a construção de sequer 1 quilômetro de metrô. Fala-se em "projetos estruturantes" e de facilitação da mobilidade, mas esquece-se de fomentar qualquer política de investimento na construção de novas linhas de metrô.

57. Esse quadro exige do movimento sindical ainda mais mobilização. Os próximos anos serão fundamentais para que os trabalhadores consigam se articular, de modo a enfrentar a correlação de forças junto à iniciativa privada e aos governos (federal e estaduais) descompromissados com a população usuária de transporte público.

58. Os trabalhadores precisam lutar por um metrô público, estatal e de qualidade, acessível a todos os usuários. Está provada a necessidade ampliar a rede administrada pelo Estado, em todo o país. Da mesma forma, é preciso quebrar a falsa lógica de que o metrô é algo caro. Estudos mostram que, mais custosa do que a construção e a administração do sistema metroviário, é a falta que essa opção de transporte faz a qualquer grande cidade do mundo.

Regras para o envio de emendas

Todos os delegados e delegadas eleitos (ou natos) pelos sindicatos filiados à Fenametro podem contribuir com o envio de emendas aditivas, supressivas ou substitutivas ao texto base. Para cada tema poderão ser apresentadas emendas com no máximo 400 toques. Elas serão submetidas aos delegados e delegadas do Congresso, que debaterão os temas e aprovarão a resolução final. As emendas deverão ser encaminhadas à Fenametro até o dia 07 de agosto, pelo endereço eletrônico: **4congresso@fenametro.org.br.**

Eleição dos delegados e delegadas

Todo metroviário e metroviária que seja sócio do Sindicato e esteja em dia com sua contribuição com a entidade poderá ser candidato a delegado ao Congresso. Cada sindicato filiado elegerá 01 delegado (a) para cada 150 trabalhadores na base, obedecendo a cota de 20% de gênero. Deve-se considerar um número mínimo de 03 delegados para cada unidade federativa. Além dos delegados eleitos, de acordo com estatuto da Fenametro, também serão delegados (natos) os atuais diretores da Fenametro e presidentes dos Sindicatos filiados.

Calendário do Congresso

- **De 11 de julho a 07 de agosto de 2011**

  Prazo para realização de assembleias e setoriais nos estados, para eleição dos delegados e delegadas

- **08 de agosto de 2011**

  Prazo final para apresentação de emendas ao texto base

- **Abertura**

  O Congresso terá sua abertura realizada, no dia 25 de agosto, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Nos dias 26, 27 e 28 as atividades transcorrem no Atlântida Park Hotel, em Atibaia, São Paulo.

Expediente: Jornal **METROVIÁRIOS DO BRASIL** é uma publicação da Fenametro – Federação Nacional dos Metroviários. Rua Serra do Japi, 31 – São Paulo/SP – CEP 03309-000 – Fone: (11) 2095.3605. **Presidente:** Wagner Fajardo – SP. **Diretor de Imprensa:** Renato Schuster. **Jornalista Responsável:** Cinthia Ribas, Mtb 62.110- SP. **Redação e Revisão:** Fernando Damacedo. **Diagramação:** Maria Fígaro, MTb 25.888-SP. **Página na Internet: www.fenametro.org.br**. **E-mail:** fenametro@fenametro.org.br.